Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Duplicação da Rodovia dos Tamoios - SP/099 - Subtrecho Planalto", de responsabilidade do DER - Departamento de Estrada de Rodagens e da DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S/A, realizada no dia 20 de outubro de 2011 na cidade de Paraibuna/SP.

Realizou-se, no dia 20 de outubro de 2011, às 17 horas, no Centro de Convivência Infantil, na Avenida Major João Elias Calazans, nº 343, Centro, Paraibuna/SP, a audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Duplicação da Rodovia dos Tamoios - SP/099 - Subtrecho Planalto", de responsabilidade do DER - Departamento de Estrada de Rodagens e da DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A (Processo SMA 13.523/2007). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CONSEMA, Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Estadual Bruno Covas, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Antônio Marcos de Barros, Prefeito do Município de Paraibuna; Victor de Cássio Miranda, Vice-Prefeito do Município de Paraibuna; Marcos Antônio de Carvalho Lima, Secretário da Agricultura e Meio Ambiente do Município de Paraibuna; Lauro Eduardo Prado Gonçalves, Secretário de Esportes e Turismo e Diretor de Esportes, Turismo e Lazer do Município de Paraibuna –, do Legislativo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Vereadores Sérgio Alves Feitosa, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Jambeiro; Daniel Oliveira, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Paraibuna; e João Batista de Oliveira, Vereador do Município de Paraibuna –, dos órgãos públicos – na pessoa do Ilustríssimo Senhor Almeida Martins e Pedro Nunes Filho –, dos órgãos públicos – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores Tenente Bonzanini, do 3º Pelotão do 3º Batalhão da Polícia Ambiental de São José dos Campos; do Cel. Milton Sussumu Nomura e do Tenente Marcelo, ambos do Comando de Policiamento Ambiental de São Paulo –, do COMDEMA de Paraibuna – nas pessoas da Ilustríssima Senhora Sandra Maria Claro dos Santos, Coordenadora Geral do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Paraibuna, e Maurício Neves de Oliveira, membro do COMDEMA de Paraíbuna –, das organizações da sociedade civil – na pessoa do Ilustríssimo Senhor Benedito de Souza Santos, Representante do Bairro Teles II –, das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento"Duplicação da Rodovia dos Tamoios - SP/099 - Subtrecho Planalto", de responsabilidade do DER - Departamento de Estrada de Rodagens e da DERSA (Proc. 13.523/2007). Declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que dêem as opiniões, formulem indagações, apresentem suas contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para melhoria dos estudos, projeto ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes.

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre ele/ela. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam órgãos públicos ou entidades civis, mas que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em seqüência, se manifestam os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal; a seguir, os representantes do CONSEMA e dos COMDEMAs que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, falariam os representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, e que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que só assim poderão manifestar-se acerca das críticas, elogios e sugestões feitos pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham se manifestado, podendo assim opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. Reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse e que, portanto, aquele que o desejasse e ainda não houvesse se inscrito, o fizesse. Declarou que se encontrava presente, nesta audiência, um representante da área de licenciamento ambiental Desenvolvimento Rodoviário S/A, realizada em 20 de outubro da CETESB, Rodrigo Passos Cunha, representando o Setor de Avaliação de Empreendimentos Urbanísticos da CETESB, a quem convidava para compor a Mesa Diretora dos Trabalhos, que era presidida por ele, Secretário-Executivo. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA. Stanislaw Marka, representante do DER – Departamento de Estradas de Rodagem, apresentou breve histórico do empreendimento, sua organização, etapas de desenvolvimento e objetivos, enquanto Ana Iverson, representante da IGP Consultoria, empresa responsável pela elaboração dos estudos, apresentou uma síntese do EIA/RIMA, precisamente os motivos da escolha da localização, da capacidade pretendida para o empreendimento quando de sua plena ocupação, dos impactos que ele promoverá, principalmente nos recursos hídricos e nos meios físico, biótico e antrópico, e as medidas de mitigação que serão implementadas com o objetivo de preveni-los ou mitigá-los. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. Benedito de Souza, representante do Bairro Teles II, que diversas vezes já brigou pelos interesses do bairro, o que igualmente faz nesse momento com o objetivo de reivindicar em nome da população. Com base na leitura dos documentos, constatou que a obra não contempla acesso direto ao bairro, mas, sim, através da primeira rotatória no sentido Caraguatatuba-São José, em frente ao Condomínio Quinta dos Lagos. Sugeriu que, dadas as características gerais do bairro e o grande número de acidentes registrados no trecho destinado à implantação da rotatória, fosse construído novo acesso, não obstante sua proximidade da rotatória. Passou-se à etapa em que as pessoas se manifestam em seu próprio nome. José Edson de Carvalho Coelho, morador de Jambeiro, externou sua preocupação com a população ribeirinha e com os acessos a Canas I, Canas II, Fazenda Brasil, entre outros. Reivindicou a construção de uma estrada vicinal, para atender aos moradores que residem no lado esquerdo da rodovia, no sentido Caraguatatuba, cuja situação o preocupava. José Carlos Ribeiro de Paula reivindicou acesso ao conteúdo integral do projeto executivo, com vistas a possibilitar seja precisada a localização do acesso a Jambeiro, tendo em vista, particularmente quanto às expropriações previstas, se abrangem ou não, entre outros, o seu imóvel. Jamil Campos apresentou seu pleito de que os acessos sejam planejados de modo a permitir o deslocamento seguro de pedestres e ciclistas, além de cavaleiros e amazonas que ainda sobrevivem na região. Ressaltou sua preocupação de ver

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

atendidas as questões sócioambientais, com ênfase ao problema advindos da conurbação. Joel Lima Reis lembrou que a principal justificativa apresentada para duplicação da Tamoios eram as obras do Porto de Santos e que considerava injusto que a população de Paraibuna fosse onerada com pagamento de pedágio enquanto as populações diretamente beneficiadas não sofrerão qualquer ônus econômico. Ofereceu outra alternativa de localização para o pedágio, que contempla o fluxo que justifica a duplicação da rodovia. Citando o estudo, mencionou os locais com maior demanda veicular, entre outros a Pedreira Serving. Rui Barbosa festejou a duplicação da Tamoios, projeto este alardeado há oito anos, embora extremamente necessário ao Litoral Norte. Ponderou que a população de Paraibuna possivelmente duplicará com o funcionamento da obra, e que, no entanto, o projeto nada prevê acerca da ampliação do único hospital de Paraibuna. Lembrou que, com a economia que o Estado fará ao evitar a morte de dez pessoas, cujo custo é da ordem 420 mil reais cada uma, é possível ampliar o hospital local dentro dos melhores parâmetros tecnológicos, inclusive instalação de moderna UTI. Passou-se à etapa em que se manifestam representantes de CONSEMA e do COMDEMA. Sandra Maria Claro dos Santos, Coordenadora Geral do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Paraibuna, felicitou alguns membros do COMDEMA de Paraibuna presentes ao evento, inclusive de seu presidente; informou que esse Colegiado tem acompanhado os trabalhos de implantação de obras no município, especialmente no que diz respeito ao meio ambiente, e relatou quais questões esse Colegiado pretendia fossem esclarecidas: 1) como se fará o acesso ao município e onde se localizarão as passarelas de pedestres em Alferes Bento, Teles, Vila Amélia e outros, necessárias em virtude do grande número de acidentes; 2) se esclarecesse se seria construído viaduto ou passarela próximo da rotatória; 3) se existem estudos identificando os locais de maior ocorrência de atropelamentos, com vistas à implantação certeira das passarelas ou viadutos. Ressaltou a necessidade de se ampliarem os acessos intermunicipais, e sugeriu que, como compensação, fossem pavimentadas as interligações com Salesópolis pelos bairros do Porto, Santa Branca e Redenção da Serra. Perguntou sobre estudos para construção de pontos em Varginha e Paraitinga, com vistas à substituição das balsas. Questionou como serão feitas as compensações ambientais e propôs fosse contemplado o Parque do Fundão, para que recebesse melhorias. Sobre o trecho abandonado da rodovia que liga Paraibuna a Caraguatatuba, relatou ter sido feito abaixo-assinado reivindicando reparos destinados à melhoria das questões de segurança. Maurício Neves de Oliveira, representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Paraibuna, relatou que, vindo de São José dos Campos, por 11,5 km, se trafega por uma rodovia moderna, de primeiro mundo, mas que o restante da duplicação se dará nos moldes da Rodovia Dutra, construída há 60 anos – e questionou se a adoção do modelo antigo não se dará em detrimento da segurança, fundamento nuclear, segundo a DERSA, para que se proceda à duplicação da rodovia. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Legislativo. Sérgio Alves Feitosa, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Jambeiro, manifestou seu repúdio à construção, no km 17 da Rodovia dos Tamoios, mais precisamente à altura da Serving, na Fazenda São João, em Jambeiro, de um aterro sanitário para atender à região, e observou que o único acesso a ele se dará pelo lado direito da rodovia. Observou também que, com a duplicação da rodovia, o fluxo de veículos aumentará e, por conseqüência, o índice de acidentes, e que o contingente policial em Jambeiro não tem a estrutura necessária para atender essa provável demanda, pois clama por urgente ampliação e aparelhamento. Observou ainda que, como Jambeiro abarca 11,3% da Rodovia dos Tamoios, é mais que oportuno seja realizada audiência pública sobre o EIA/RIMA da duplicação também no Município de Jambeiro. Postulou também em favor dos proprietários dos imóveis lindeiros à rodovia, que serão

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

possivelmente expropriados. Sugeriu, outrossim, fosse construída pista de desaceleração à altura da Estrada do Ronaldo, face ao grande número de pedestres, especialmente pescadores, que freqüentam o local, facilitando ainda o acesso das carretas, no ensejo do que propôs a construção de passarela para os trabalhadores do entorno, que diariamente cruzam a rodovia. Sugeriu que a duplicação fosse acompanhada de contrapartida financeira, com investimentos principalmente na área industrial. João Batista de Oliveira, vereador do Município de Paraibuna, reiterou as reivindicações acerca dos acessos e de possível expropriação dos imóveis lindeiros à rodovia, assim as relativas às compensações financeiras, especialmente o aparelhamento e ampliação do setor de UTI e a garantia de não pedagiamento dos acessos ao município, o que oneraria sobretudo a população menos favorecida, que em nada se beneficia com a duplicação. Apelou ao Executivo Estadual no sentido de serem tomadas medidas necessárias ao atendimento dessas demandas. Reiterou pedido de construção de estradas vicinais interligando bairros Colina, Teles, Santa Edwiges e São Germano, que atenderão às necessidades de aglomerados da população menos favorecida. Concluiu com o reconhecimento de que o desenvolvimento virá inexoravelmente, mas não pode vir em desfavor das populações necessitados. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. Marcos Antonio de Carvalho Lima, Secretário da Agricultura e Meio Ambiente do Município de Paraibuna, declarou que a duplicação da rodovia é contemplada pelo planejamento estadual, não cabendo, neste momento, rediscuti-la, e, sim, voltar os olhos para medidas de caráter compensatório. Teceu elogios aos estudos apresentados e propugnou por uma profícua colaboração entre os técnicos estaduais e municipais e os empreendedores. Fez algumas proposições: divulgar, na perspectiva sustentabilidade, as iniciativas relacionadas com a duplicação, especialmente junto aos produtores rurais, o que, certamente, é previsto pelos estudos; não se interromper o diálogo entre empreendedores e a população afetada, como aconteceu com a Petrobrás depois de realizadas as audiências para implantação do gasoduto; informar o COMDEMA local sobre o andamento das obras, mediante apresentação de relatórios periódicos, porque só assim seus membros poderão dialogar com a população e possibilitar que ela seja informada acerca de cada uma das etapas da obra, especialmente no que diz respeito aos resultados obtidos nas áreas de preservação permanente, cruzamentos e travessia de animais silvestres e bovinos. Questionou se serão permitidas atividades comerciais à margem da rodovia e propôs a criação de infraestrutura adequada para os núcleos que desempenharão essas atividades. Propôs também que sejam realizadas atividades nas escolas que mostrem a pertinência da obra com a sustentação ambiental e que sejam utilizadas novas estratégias de sustentação dos taludes, que não o plantio de vegetação exótica, cuja efemeridade não impede o assoreamento e a decorrente poluição dos recursos hídricos. Ao final questionou qual será o valor das compensações ambientais, qual o montante e onde será investido. Lauro Eduardo Prado Gonçalves, Secretário de Esportes e Turismo do Município de Paraibuna, teceu breves considerações sobre a importância do turismo para a região, reiterou pedido formulado de realização de audiências públicas em Jambeiro; informou que em junho de 2012 será inaugurado em Paraibuna o centro comunitário empresarial e o balcão de agronegócios, verdadeiro “cartão de visita do município”, motivo por que solicitava a construção de acostamento dos dois lados da rodovia. Questionou como seria compensada a interdição da passagem para Alferes Bento, sugerindo a construção de ciclovias, especialmente para atender o deslocamento dos trabalhadores. Indagou se será construído um trevo ou uma rotatória nas proximidades do Restaurante Fazendão e Loteamento Village, de modo a atender os munícipes que residem no entorno. Igual preocupação revelou com os moradores do bairro Caracol II, que reivindicam melhoria nos acessos. Solicitou, por vim, a implantação, em

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

Paraibuna, de posto avançado do Corpo de Bombeiros e corroborou as solicitações relacionadas com a localização do pedágio nesse município. Victor de Cássio Miranda, Vice-Prefeito do Município de Paraibuna, teceu considerações sobre os impactos cumulativos que Paraibuna sofreu em razão da intervenção de várias obras, motivo por que considerava pertinentes os vários pedidos de compensação formulados, chamando atenção para aquele que diz respeito à melhoria na Estrada de Vila Amélia, que dá acesso à usina da CESP e onde ocorreram duas erosões, e também para a construção da ciclovia, por atender justamente à população mais carente e que já se utiliza de bicicleta para vir ao município. Solicitou aos empreendedores que despendessem todo esforço para evitar qualquer desapropriação, medida cuja possibilidade causa muita angústia à população. Solicitou ainda a construção de uma estrada vicinal entre o km29,7 e o km24,4, e uma marginal depois da rotatória que liga o bairro Santa Edwiges a Santa Branca, de modo a se ter acesso ao balcão de agronegócios criado pelo Governo do Estado. Reiterou a solicitação da construção de viaduto próximo do Restaurante Fazendão, cujos proprietários se comprometem a doar o terreno, para que seja atendida à população que mora no entorno. Sugeriu também fosse dada particular atenção aos comerciantes fixados às margens da Rodovia dos Tamoios e que, caso venha a ser instalado pedágio, que se localize depois do bairro do Cedro, e, caso não seja possível, se franqueie a passagem dos veículos com placa de Paraibuna. Requereu pavimentação dos acessos à zona rural, que o material retirado na construção seja utilizado nas estradas e que, após elaboração do projeto executivo, seja realizada nova audiência em Paraibuna. Antônio Marcos de Barros, Prefeito do Município de Paraibuna, reiterou as solicitações apresentadas, com prioridade para a construção da ciclovia. Declarou que, porque a lei permite que a compensação se dê no âmbito cultural, sugeria que esta se desse por meio do restauro de importante igreja do município, e propugnou que se buscasse com empenho fossem os benefícios maiores que os malefícios, para que não se repita o quadro a que deu lugar o plano de dutos da Petrobrás. Acrescentou importantes detalhes às propostas formuladas pelo Vice-Prefeito, especialmente que os benefícios decorrentes da implantação tenham como foco também o município de Jambeiro; que seja construída passarela no bairro Alferes Bento e evitadas as desapropriações, mas, caso ocorram, que se dêem de forma justa. Ao concluir, ponderou que era precisamente o atendimento às justas reivindicações que dava significado às audiências. Passou-se à etapa das réplicas. Stanislau Marka, representante do Departamento de Estradas de Rodagens – DER, lembrou inicialmente que aquilo que foi apresentado constitui um projeto elaborado há dois anos e que alguns conceitos e parâmetros serão revisados; que a DERSA não elaborará o projeto em escritório, mas em contato com as comunidades, ouvindo as lideranças; que, de modo geral, as informações sobre a duplicação, além daquelas que se encontram disponíveis no endereço eletrônico da DERSA, podem ser obtidas através do telefone 0800-7266-300; que, especificamente quanto às informações relacionadas com o Município Paraibuna, podem ser obtidas no balcão de informações existente na Praça Monsenhor Ernesto Arantes, 42, Centro, Paraibuna; que existem pessoas divulgando informações sobre as desapropriações, mas, com certeza, estas só são verídicas se obtidas por um dos representantes do Governo ou das empresas contratadas, e que, além deles, ninguém está autorizado a fornecer qualquer informação; que existem dificuldades para se realizar uma audiência formal em Jambeiro, uma vez que, se cumpridos os prazos, haverá atrasos no cronograma, mas que a DERSA se propõe a fazer apresentações já levando em conta os comentários e reivindicações formuladas por ocasião dessa audiência. Falou das dificuldades em assumir compromissos com a pavimentação integral das estradas vicinais – que outra coisa não é senão uma estrada municipal – ou com o início dos acessos, como contrapartida pelas intervenções, ponderando, entretanto, que, se

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

acordado entre as prefeituras e o Estado, poderá ser feita alguma intervenção compensatória mediante convênio firmado com as municipalidades. Reiterou ainda que não dá para fazer qualquer acordo nesse sentido, hoje. Relatou que o projeto na fase em que se encontra não contempla pedágios – no entanto, observou, como a duplicação faz parte do complexo logístico do trecho norte, e existe a possibilidade de se estabelecer parceria público-privada, nesse contexto pode haver cobrança de pedágio, mas com o emprego de novo dispositivo que onerará cada veículo apenas pelo trecho efetivamente percorrido, que é uma modalidade mais moderna e mais justa de cobrança. Acrescentou que, como se sabe, é proibida a presença de animais na pista, e que, em relação ao tráfego dos animais domésticos, para evitá-lo várias medidas foram adotadas. Observou que nas pistas só podem trafegar veículos, e não ciclistas, animais, pedestres, sendo proibido também atividades comerciais no acostamento, porque se trata de uma faixa de segurança, e que deve ser utilizado como rota de fuga. Contestou que a duplicação não busca atender apenas a demanda do porto e do turismo, mas, sim, a local e a regional. Acrescentou que a implantação da pista de ciclismo no bairro Teles será devidamente analisada pela equipe técnica, que o fará à luz da existência ou não de demanda. Outro pedido que será objeto de análise, desta feita pelos prefeitos e secretários, é a ampliação e melhoria do hospital de Paraibuna, por não se tratar de compensação ambiental. Declarou que, em relação às paralelas, embora algumas já sejam previstas, seu número e localização só serão decididos quando da elaboração do projeto executivo, que se trata de uma evolução do projeto básico. Lembrou que a Coordenadoria de Operações do DER faz o levantamento e o cadastramento de todos os acidentes que ocorrem no Estado, com base nos boletins diários cadastrados – que, em média, são novecentos – , trabalho este feito com juntamente com a Polícia Rodoviária Federal, que registra como ponto crítico todo acidente cuja causa foi a rodovia, e declarou que se busca superar esse ponto nos projetos que estão sendo desenvolvidos, com o objetivo de que a rodovia seja minimamente culpada pelos acidentes. Informou que todos os acessos serão mantidos, mas que, inevitavelmente, alguns deles serão mais longos. Negou que ocorrerá variação do padrão de qualidade, tal como foi alegado, ou seja, que o trecho da duplicação iniciaria no padrão de uma estrada moderna, passando, depois de poucos quilômetros, a ter o padrão de uma estrada velha, nos moldes da Rodovia Presidente Dutra, pois os padrões de segurança que serão obedecidos são os mais modernos, adotados pelas estradas da Comunidade Européia e do EUA, e cuja meta é diminuir o índice de acidentes. Ao concluir, apresentou os critérios de avaliação dos imóveis que serão demolidos, que, argumentou, são muito justos. Ana Maria Iversson, representante e coordenadora da equipe técnica responsável pelos estudos, reconheceu como muito profícua a integração da equipe técnica da empresa de consultoria com os técnicos da área de transporte, pois, como se comprovou, esses últimos já assimilaram as variáveis ambiental e social. Em seguida, ofereceu, entre outros, os seguintes esclarecimentos. Primeiro, que há três blocos de proposta, uma das quais se caracteriza pelas proposições de interferência no projeto, e que cada uma dessas propostas, grosso modo, visa à mitigação de impactos, que será *a posteriori* analisada. Acrescentou que todas as demandas de acessibilidade e segurança serão contempladas, pois será garantida a necessidade de ir e vir com segurança. Lembrou que o Programa de Adequação do Projeto Executivo cria as condições para incorporação dessas demandas. Outro bloco de demandas, acrescentou, trata da transparência e da comunicação, que são previstas no EIA na proposta do Programa de Comunicação Social, o qual abarcará um grande número das propostas formuladas pelos moradores de São José dos Campos, Paraibuna e Jambeiro, entre as quais se destaca a que sugeriu que todas as informações contidas nos estudos sejam utilizadas em atividades de educação ambiental, cuja implementação passaria entre as secretarias de

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

educação dos municípios e os empreendedores. O terceiro bloco, asseverou, trata das compensações. Teceu considerações sobre a natureza dos diferentes impactos causados pela obra. Lembrou que grande número das medidas de compensação propostas não se presta à mitigação de impactos causados pela obra, mas dizem respeito a carências e demandas que já existem na região. Diferentemente dessas compensações, existem aquelas de natureza essencialmente ambiental, dado que se prestam para a mitigação dos impactos causados ao meio ambiente. Por exemplo, a legislação federal sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação prevê que, no caso de a implantação de uma obra promover desmatamento, um percentual do valor investido na obra seja destinado, entre outros, à recomposição da biodiversidade da região ou a uma unidade de conservação, com vistas a promover sua melhoria, ou, também, à criação de uma unidade onde nenhuma exista. Argumentou que, no caso dessa obra, a equipe de consultoria sugeriu que os recursos destinados à compensação fossem destinados ao fortalecimento de unidades que já existem, como é o caso do Parque Estadual Calazans de Araújo. Observou que, no entanto, a decisão final cabe à Câmara de Compensação Ambiental da SMA. Ao concluir, observou que o estudo foi muito criterioso também no que concerne à identificação dos pontos de passagem da fauna. Agradeceu todas as contribuições oferecidas. Jéferson Rocha de Oliveira representante do CONSEMA, elogiou a participação na audiência, em especial, dos representantes do Conselho Municipal de Paraibuna, e, na condição de representante da bancada ambientalista do Vale do Ribeira, colocou-se à disposição. Ressaltou a qualidade das propostas, a serenidade na discussão e o sentimento de fraternidade dos municípios. Observou que a compensação está ocorrendo em bom tamanho e com qualidade. Ponderou que essa rodovia poderia chamar-se “Rodovia do Verde” ou “Caminho do Verde”, já que alcança o maior remanescente de mata atlântica. Também solicitou que a DERSA contemplasse o ciclo turismo, atendendo à demanda de construção de ciclovia perfazendo o trajeto que vai de São José dos Campos até Caraguatatuba. Entregou ao Senhor Marcelo Arreguy o conteúdo de uma palestra apresentada pela USP sobre a utilização do material do bota-fora pela construção civil. Acrescentou ainda que: 1) sem dúvida alguma, essa duplicação auxiliará a gestão da bacia hidrográfica; 2) que é possível, pelo seu isolamento dos fragmentos florestais, criar corredores de fauna; 3) que é preciso dar atenção ao problema existente em São José dos Campos, uma vez que o aterro sanitário é anterior ao aeroporto, o que impossibilita a implantação desse último, dado que a legislação exige que ele possua um raio de 20 km; 4) que se deve cobrar da Petrobrás que dê continuação ao trabalho ambiental que iniciou. Ao concluir, solicitou se realizasse uma audiência pública também em Caraguatatuba. O Secretário-Executivo, Germano Seara Filho, declarou terem sido cumpridas todas as etapas da audiência e que todo interessado teria o prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data desta audiência, para enviar contribuição ou sugestão que vise o aperfeiçoamento do projeto. Acrescentou que tal contribuição deveria ser encaminhada ou pelo correio eletrônico através do endereço consema.sp@ambiente.sp.gov.br ou através dos Correios ou ser protocolada diretamente na Secretaria Executiva do CONSEMA. Foram entregues durante a audiência os seguintes documentos: 1) Documento encaminhado pelo Engº Agrônomo Marcos A. de Carvalho Lima, Diretor de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente e Presidente do Conselho de Meio Ambiente do Município de Paraibuna; 2) Ofício 0644/2011, solicitando a implantação de ciclovia, encaminhado ao Presidente da DERSA Laurence Casagrande Lourenço; 3) Oficio 0645/2011, com solicitação de construção de passarela para pedestres em frente ao bairro Alferes Bento; 4) Ofício 0650/2011, com solicitação de que todos os pontos de ônibus existentes atualmente na Rodovia dos Tamoios, no Município de Paraibuna, fossem refeitos segundo o modelo que segue anexado ao ofício; 5)

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

Correspondência encaminhada ao Secretário Executivo do CONSEMA que o traçado adentre o mínimo possível no terreno de seus subscritores, João dos Santos e Raphael Nunes Freire; 6) Ofício 0212/2011 solicitando implantação de ciclovia, encaminhado pelo Excelentíssmo Senhor Vice-Prefeito Victor de Cássio Miranda; 7) Ofício 0213/2011 solicitando implantação de via marginal ou pavimentação de rua, encaminhado pelo Ilustríssimo Senhor Vice-Prefeito; 8) Ofício 0214/2011, solicitando seja utilizada a área que indica como compensação, encaminhado pelo Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito; 9) Ofício 0215/2011 solicitando pavimentação de acesso a bairros marginais, encaminhado pelo Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito; 10) 0216/2011, encaminhando projeto do Senhor Benedito Ivan da Silva, proprietário do Restaurante Fazendão e enviado pelo Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito; 11) 0217/2011 solicitando que o material rochoso retirado das obras seja utilizado na manutenção de estradas rurais; 12) Ofício 0218/2011, solicitando implantação de área de descanso no local indicado, encaminhado pelo Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito; 13) Ofício 0219/2011, solicitando sejam indicados pontos de embarque e desembarque dos coletivos próximos aos bairros, Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito; 14) 0220/2011, solicitado seja realizado estudo para utilização do material borracha ou similar em vez de barreiras de concreto no canteiro central, encaminhado Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito; 15) Ofício 0221/2011 instalação de duas passarelas nos locais que indica, encaminhado pelo Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito; 16) Ofício 0222/2011, solicitando realização de estudo para definição das paradas dos coletivos nas entradas dos bairros, encaminhado Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito; 17) Ofício 0223/2011, solicitando sejam revisadas as desapropriações previstas próximo da rodovia nos trechos que indica, encaminhado pelo Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito; 18) Ofício 0224/2011, solicitando de marginal no local e pelas razões que indica, encaminhado pelo Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito; 19) Ofício 0225/2011, solicitando que, por ocasião de eventual instalação de pedágio, sejam isentos os automóveis oficiais da Prefeitura Municipal de Paraibuna, encaminhado pelo Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito; 20) Ofício 0226/2011, solicitando que, por ocasião de eventual instalação de pedágios, sejam isentos os automóveis com placas do Município de Paraibuna; 21) Ofício 146/2011, informando a existência de aterro sanitário no local e cujo acesso indica e manifestando repúdio à sua instalação e solicitando aumento de efetivo policial, encaminhado pelo Excelentíssimo Senhor Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Jambeiro, Sérgio Alves Feitosa; 22) Proposição de alteração do traçado (mapa sem identificação do requisitante). O Secretário-Executivo, Germano Seara Filho, agradeceu, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Estadual Bruno Covas, a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos da audiência. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do CONSEMA lavrei e assino a presente ata.

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br